

II CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO TRABALHADOR
RELATÓRIO FINAL DAS PROPOSTAS E MOÇÕES APROVADAS
03 E 04 DE MAIO DE 2002

Os eixos norteadores das discussões em grupo foram:

- O Servidor Municipal, o trabalhador da saúde e a saúde do trabalhador
- Política de Atenção Integral em saúde do trabalhador no Sistema Único de Saúde
- Políticas Públicas e Controle Social
- Novas configurações no mundo do trabalho e Políticas de Inserção Social

PROPOSTAS

1. Destinar maior aporte de recursos orçamentários ao Programa de Atenção à Saúde do Trabalhador Público Municipal, para o desenvolvimento de cultura prevencionista nas questões ligadas à qualidade de vida no ambiente de trabalho na Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Mais verbas para realização de exames laboratoriais, aquisição de equipamentos de proteção individual e coletivo, e aprimoramento das condições ambientais, sob aspecto físico, psicológico e organização do trabalho.
2. Melhorar o sistema de informações, através de material informativo destinado aos trabalhadores municipais que possibilite ampliar o conhecimento a cerca da política de saúde do trabalhador.
3. Implementar de Programas de Prevenção e Assistência à Dependência de Substâncias Psicoativas e Saúde Mental aos trabalhadores municipais;
4. Desenvolver estratégias que busquem sensibilizar os dirigentes políticos no âmbito da Prefeitura Municipal (Chefias, Coordenadores, Secretários, Prefeito, entidades representativas) sobre a importância da defesa da Política de Saúde do Trabalhador em toda sua dimensão, respondendo as obrigações legais da Prefeitura Municipal, enquanto gestora da força de trabalho no que diz respeito a saúde ocupacional e em ações que busquem eliminar e/ou reduzir a nocividade presente nos ambientes de trabalho;

5. Promover maior integração funcionário/usuário dos serviços disponibilizados pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre, visando qualificar a relação com a comunidade, otimizando o potencial de trabalho, o desempenho profissional e agilidade no atendimento dos serviços;
6. Criar canais que possibilitem a todos trabalhadores do município, regidos pelo estatuto próprio, CLT, municipalizados, estagiários e terceirizados o direito à defesa de seus atos em situações de conflitos com a população atendida.
7. Aprovar regimento que institui a Comissão de Saúde e Segurança do Trabalho (CIPAS) no âmbito da Administração Municipal Centralizada e Autárquica, como forma de mobilizar os trabalhadores no encaminhamentos e na busca de melhores condições de trabalho e preservação da saúde;
8. Realizar um Seminário no âmbito da Prefeitura Municipal, com o objetivo de avançar em ações e implementação de políticas referente à saúde do trabalhador e promoção da qualidade de vida no trabalho.
9. Adequar a Legislação Municipal - Trabalhadores da área de radiologia deverão ter o mesmo tempo de serviço para a aposentadoria que os trabalhadores regidos pela CLT;
10. Retomar a realização dos Mapas de Risco nos locais de trabalho: levantamento, avaliação, diagnóstico e definição de medidas de controle, com a participação dos trabalhadores;
11. Manutenção aos direitos à aposentadoria;
12. Abranger o conjunto dos cidadãos/trabalhadores do mercado formal, informal e doméstico e incluir as necessidades de saúde dos desempregados, abrangendo as distintas faixas etárias, gêneros, etnias, classes sociais e ocupações e as necessidades de proteção da saúde mental, físico e respeito social dos trabalhadores.
13. Ordenar os fluxos e atribuições na atenção à saúde do trabalhador, abrangendo todas as redes de atenção.
14. Capacitar os trabalhadores das redes para identificar, notificar, diagnosticar e tratar os problemas relacionados à saúde dos trabalhadores e dos ambientes de trabalho.
15. Capacitar os vários grupos de conselheiros (do Orçamento Participativo, de Saúde e de outras áreas) locais e municipais, para poderem conhecer e debater as questões relativas à saúde e ao trabalho.

16. Desenvolver o enfoque promocional da saúde e da qualidade de vida em todos os âmbitos do Sistema Único de Saúde e da sociedade, adotando uma aproximação transetorial com as outras áreas de governo, comunidades, empresa e grupos de trabalhadores/sindicatos, apontando para ações articuladas de educação, prevenção, assistência e reabilitação, alterando os padrões de exposição ao dano nos ambientes sociais e de trabalho.
17. Implantar o Sub-Comitê de Saúde e Trabalho – começando por acidentes de trabalho – do Comitê Cidade Protetora da Vida, integrando governos, comunidades, sindicatos, ONG's e empresas, construindo um esforço sustentado de debates e elaboração de políticas e ações transetoriais, objetivando criar e sustentar ambientes de trabalho protetores da vida.
18. Propor a revisão da legislação das CIPAs, garantindo a eleição direta de todos os seus membros.
19. Integrar as políticas e atribuições/organismos do Município, Estado e União, buscando a mesma agenda transetorial em defesa da saúde dos trabalhadores e dos ambientes de trabalho.
20. Propor que os movimentos sociais pressionem o Ministério da Saúde e o Ministério do Trabalho e Emprego para que os mesmos financiem ações de promoção da Saúde do Trabalhador.
21. Criar e/ou ampliar mecanismos de controle social junto ao Ministério da Previdência e Assistência Social e ao Ministério do Trabalho e Emprego.
22. Ampliar a participação da base social nas instâncias de controle social.
23. Reestruturar a Comissão de Saúde do Trabalhador do Conselho Municipal de Saúde.
24. Em conjunto com o Conselho Municipal de Saúde, reestruturar o Conselho Gestor do Centro de Referência de Saúde do Trabalhador, contemplando a participação de representantes de usuários oriundos de outros movimentos sociais, além da participação atualmente prevista de representantes do movimento sindical.
25. Criar agendas políticas da Saúde do Trabalhador nos Conselhos Locais de Saúde.
26. Ampliar recursos para a Assistência Social, na gestão das Políticas Sociais.
27. Buscar recursos para o desenvolvimento de pesquisas voltadas à defesa da Saúde do Trabalhador.

28. Articular ações conjuntas entre o Ministério do Trabalho e Emprego, Ministério da Previdência e Assistência Social e o SUS, incluindo fiscalização dos ambientes de trabalho.
29. Acrescentar a questão da raça, gênero e etnia, nas discussões da Saúde do Trabalhador.
30. Destinar mais recursos para as políticas públicas direcionadas à população negra e, especificamente, às mulheres negras.
31. Capacitar os profissionais da rede básica, para que esta atue como porta de entrada, nas questões de Saúde do Trabalhador.
32. Regular os convênios com os prestadores de serviço de saúde, exigindo a capacitação dos profissionais dos mesmos na atenção à Saúde do Trabalhador.
33. Debater sobre a responsabilização das empresas no custeio de doenças e outros agravos relacionados ao trabalho, nas instâncias apropriadas.
34. Implantar o Conselho Gestor do Centro Regional de Referência de Saúde do Trabalhador, a partir do início de suas atividades, vinculado ao Conselho Regional Metropolitano de Saúde.
35. Garantir aos trabalhadores tercerizados – incluindo estagiários, bolsistas, trabalhadores temporários e residentes – acesso às políticas de saúde e adequar o sistema previdenciário no sentido de assegurar os direitos e benefícios da seguridade social aos trabalhadores informais.
36. Garantir a implementação efetiva do SIST – Sistema de Informações em Saúde do Trabalhador – como instrumento real de diagnóstico sobre a saúde dos trabalhadores.
37. Buscar o cumprimento da Responsabilidade Solidária por parte das empresas e/ou instituições que contratam tercerizados (incluindo estagiários, bolsistas, trabalhadores temporários e residentes), garantindo que estes tenham os mesmos direitos dos empregados contratados formalmente.
38. Exigir o cumprimento das normas de saúde e segurança no trabalho por parte dos empregadores e profissionais responsáveis pela sua execução.
39. Propor a rediscussão da Lei Camata, visando garantir a efetivação das ações do Sistema Único de Saúde.
40. Ampliar parcerias entre as universidades e o poder público para pesquisar e conhecer os processos de trabalho, que garantam a elaboração de políticas

preventivas e reabilitadoras, de acordo com a realidade vivenciada pelos trabalhadores.

41. Garantir a constituição e permanência efetiva de programas públicos e privados de geração de renda, que promovam a inclusão social, através da proposta de Economia Solidária.
42. Ocupar os espaços de discussão em Saúde (Conselho Municipal de Saúde, Conselhos Locais de Saúde e Coletivo de Saúde e Meio Ambiente/CUT) trazendo ao debate questões da saúde do trabalhador.
43. Implementar a ocupação do espaço permanente de discussão da saúde do trabalhador no Conselho Gestor do Centro de Referência em Saúde do Trabalhador de Porto Alegre, efetivando o controle social.
44. Efetivar as intervenções nos locais de trabalho, por parte dos sindicatos das áreas específicas.
45. Garantir que os profissionais de saúde sejam capacitados para identificar nos usuários a condição de trabalhador, tendo condições de orientá-los quanto ao seus direitos, prevendo-se para tal a elaboração de uma cartilha, com informações básicas sobre estes direitos. Este processo pressupõe a participação de todos os segmentos envolvidos na sua elaboração e requer uma atualização contínua.
46. Defender o financiamento adequado e suficiente às necessidades de saúde da população e dos trabalhadores, compondo uma agenda política em defesa da efetivação econômica do direito à saúde.

MOÇÕES

1. Moção de repúdio à privatização do acidente de trabalho e da saúde.
2. Moção de repúdio às propostas de privatização do seguro acidente de trabalho.
3. Moção de repúdio às cobranças indevidas realizadas por profissionais e/ou instituições aos pacientes atendidos pelo SUS.
4. Moção de repúdio às propostas de flexibilização das leis do trabalho.

5. Moção de repúdio às instituições e empresas que ainda não reconhecem a função do Sistema Único de Saúde de realizar vigilância em ambientes de trabalho, apesar do amparo legal existente.
6. Moção de repúdio à demora na aprovação da Lei que regulamenta o assédio moral no ambiente de trabalho.
7. Moção de repúdio à demora no deferimento dos processos encaminhados à Justiça do Trabalho.
8. Moção de repúdio a proposta de alteração da NR4 da Portaria 3214/MtbE, que visa terceirizar os Serviços Especializados de Segurança e Medicina do Trabalho das empresas. Tal proposta está em andamento no Grupo de Trabalho Tripartite, no Ministério do Trabalho e Emprego, em Brasília. A terceirização desta atividade remete para a precarização e desregulamentação da saúde e segurança do trabalhador, com sério prejuízo para toda a classe trabalhadora.
9. Moção de protesto contra o desmonte dos direitos adquiridos pelos trabalhadores do Brasil.

DELEGADOS ELEITOS NA PLÉNÁRIA POR SEGMENTO

Nominata dos delegados eleitos na II Conferência Municipal de Saúde do Trabalhador de Porto Alegre

Delegados - Segmento Usuários

1. Joel Soares
2. Nei Carvalho
3. Sebastião Nunes Pinto
4. Ana Marli Casarin
5. Clélia Losenfels
6. Maria do Carmo De Lima
7. Dalva Silva da Costa
8. Heliege Viviane de Azevedo Missel de Nardi
9. Nilza Chagas
10. Neuza F Garcia
11. Jose Paulo Monteiro
12. Neli Aparecida Barcelos
13. Maria Medianeira Cunha Gonçalves
14. Claudia Penalvo
15. Elvio Alexandre da Costa Sobrinho
16. Célia Ruthes
17. Carlos Duarte
18. Vera Bogdanou Schmidt

19. Tânia M. Fraga
20. Aínda Galmarin
21. Silvani Ignes G. da Silva
22. Abigail Rejane Silva
23. Gilnei R. Borges
24. Alair Rosilene Silva
25. Magda Rejane Araújo
26. Leony Méier
27. Valdir Ramos Teixeira
28. Lourdes Zillii de Souza
29. Simone Freitas
30. Sonia Garcia
31. Dinara Fraga
32. Maria Gessy Dias de Vargas
33. Carlos A Nascimento
34. Antônio Carlos de Oliveira Quadros
35. Maria Medianeira B. Machado
36. Edite Rodrigues
37. Sheila Rodrigues
38. Vera Sant'Anna
39. Carlos Roberto Freitas Vicente
40. Maria Lucia Souza
41. Tânia Vitória da Silva Merque
42. Ivarlete Guimarães de França
43. Marta Gilvani Costa
44. Alexandre Cunha

Delegados – Segmento Trabalhadores de Saúde

1. Márcia Bertuol
2. Luiz Gilberto Daiello
3. Gizelda Silva Moraes
4. Ana Maria Araújo Cirne
5. Zilda de Moraes Martins
6. Vera Riet
7. João Luiz Neves
8. Marisa Martins Altamirano
9. Silvia Maria Camaratta
10. Marcelo Martins Moreira
11. João Roberto Menezes
12. Milton Francisco Kempfer
13. Marilene Schlee
14. Andrea Gomes Arnhold
15. Ana Lucia Robinson Achutti
16. Rosa Maria Blotta
17. Jacqueline Gatti Elbern
18. Ronaldo Adornes

19. Adriana Silva Tarragô Carvalho
20. Cecília . F. Gutterres
21. Antonio Lima
22. Humberto Jose Scorza
23. Danilo Toio Farias
24. Maria do Carmo Abade
25. Maria Regina Oliveira da Silva
26. Sílvia Martins

Delegados – Segmento Governo

1. Luciana Nussbaumer
2. Liege Dedavid
3. Denise Girardi
4. Geraldo de Azevedo e Souza Filho
5. Leila A C Thomassim
6. Ana Maria Fialho Borges
7. Joaquim D. Kliemann
8. Denise Antunes do Nascimento
9. Armando De Negri Filho
10. Jane Pilar
11. Maria Juliana Moura